

51 CARLOS ROBERTO FREHSE BARACHO e CARLOS HENRIQUE PIACENTINI, do Instituto
52 das Águas do Paraná - AGUASPARANÁ, PEDRO LUIS P. FRANCO da SANEPAR, CEZAR
53 PIRAJÁ JR. da SEMA, JOANA SERRA e ANA CECÍLIA NOWACKI do IAP, MARTHA REGINA
54 VON BORSTEL SUGAI da COPEL, FERNANDO VELOSO RODERJAN, do CAB Águas de
55 Paranaguá, GILMAR CLAVISSO, da Prefeitura Municipal de Piraquara, ANDRESSA ZANIN da
56 Prefeitura Municipal de Barracão, CLOVIS TOSIN DA SILVA da TRACTEBEL ENERGIA, JOÃO
57 PEDRO VIEIRA e JOÃO BATISTA ALVES da UFPR, MICHEL RIBAS GALVÃO da Spaipa
58 Coca Cola e RENATO ATANAZIO da Fundação Grupo Boticário. A Secretária Executiva
59 MARIANNA SOPHIE ROORDA fez a verificação do quorum e disse contar com a presença de
60 24 Conselheiros titulares ou suplentes representando os titulares. Na ausência do Presidente
61 do CERH/PR neste começo de reunião, o Conselheiro MÁRCIO FERNANDO NUNES, do
62 AGUASPARANÁ deu início à reunião e solicitou que a Secretária Executiva MARIANNA
63 SOPHIE ROORDA fizesse a leitura da pauta, que foi submetida à aprovação da Plenária. A
64 seguir, o Sr. MÁRCIO FERNANDO NUNES passou ao **item 1 de pauta – posse de novos**
65 **Conselheiros**, e mencionou que passam a integrar o Conselho Estadual de Recursos Hídricos,
66 em complementação de mandato, o Sr. Eduardo Alvim Leite, da SETI, em substituição ao Sr.
67 Mário Luiz Antonello, e o Sr. Rogério da Silva Felipe, da MINEROPAR, em substituição ao Sr.
68 Eduardo Salamuni. Deu as boas vindas aos novos Conselheiros e passou ao **item 2 de pauta -**
69 **apresentação sucinta da Política e do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos**
70 **Hídricos e principais deliberações do CERH/PR**, e convidou a Secretária Executiva do
71 Conselho, MARIANNA SOPHIE ROORDA, a fazer a apresentação (**vide slides 6-42 do anexo**
72 **1**). A mesma apresentou os fundamentos, objetivos e instrumentos da Política Estadual de
73 Recursos Hídricos, bem como o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos,
74 detalhando as atribuições do CERH/PR, da SEMA, do AGUASPARANÁ, dos Comitês de Bacia
75 Hidrográfica e das Gerências de Bacia. Apresentou os principais assuntos abordados no âmbito
76 do Conselho e a relação dos Comitês já instalados. Por fim, apresentou o estado da arte de
77 cada um dos instrumentos de gestão, a saber: Plano Estadual de Recursos Hídricos, Planos de
78 Bacia Hidrográfica, enquadramento dos corpos de água em classes, outorga dos direitos de
79 uso de recursos hídricos, cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos e o Sistema
80 Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos. O Conselheiro MÁRCIO FERNANDO
81 NUNES parabenizou a apresentação feita pela Secretária Executiva e passou a palavra ao
82 Presidente do CERH/PR, que já estava presente à reunião. O Presidente JONEL NAZARENO
83 IURK saudou a todos, justificou o seu atraso devido a reunião com o Governador, deu as boas
84 vindas aos novos Conselheiros e em nome do Conselheiro Jorge Augusto Callado Afonso, que
85 o antecedeu na presidência do Conselho, saudou a todos os presentes. Na sequência passou
86 ao **item 3 de pauta - aprovação das atas da 16ª e 17ª Reunião Ordinária**. Após contribuições
87 da COPEL nas duas atas, as mesmas foram aprovadas por unanimidade. Na sequência, o
88 Presidente JONEL NAZARENO IURK passou ao **item 4 de pauta – leitura do expediente**, que
89 foi feita pela Secretária Executiva MARIANNA SOPHIE ROORDA. A seguir, o Presidente do
90 CERH/PR, JONEL NAZARENO IURK, passou ao **item 5 de pauta - apresentação do**
91 **Programa Estadual de Água e Solo Rural – PROESAS RURAIS**, e convidou o Conselheiro
92 MARCIO FERNANDO NUNES para fazer a apresentação. O mesmo apresentou os parceiros
93 institucionais do programa e discorreu sobre os seis subprogramas previstos no PROESAS
94 RURAIS (**vide anexo 2**). O subprograma TERRA BERÇO D'ÁGUA, sob a coordenação da
95 SEAB/EMATER, que trata do manejo integrado de água e solos, tendo como área de atuação
96 os 399 municípios do Estado do Paraná, contemplando uma microbacia por município,
97 beneficiando diretamente 60 mil agricultores, com um investimento total de R\$ 163 milhões. O
98 subprograma MINA D'ÁGUA, que premia a ação de bons agricultores, produtores de água e
99 conservadores da biodiversidade, através de pagamento por serviços ambientais, sob a
100 coordenação da SEMA/EMATER/OCEPAR, com atuação em 181 microbacias de mananciais

101 de abastecimento público, contemplando 154 municípios. Prevê a proteção de 53 mil
102 nascentes, beneficiando 40 mil produtores, com um investimento total de R\$ 88,5 milhões. O
103 subprograma COPO D'ÁGUA, sob a coordenação do AGUASPARANÁ/SANEPAR, que trata da
104 implantação de sistemas de abastecimento de água para consumo humano em comunidades
105 rurais para melhorar as condições de vida no meio rural. Tem como área de atuação todo o
106 Estado do Paraná, com prioridade em municípios com IDH-M abaixo da média paranaense,
107 com previsão de atendimento a 800 comunidades, com investimento total de R\$ 137,4 milhões.
108 O subprograma CASA:SAÚDE RURAL, que prevê a construção e melhoria de moradias rurais
109 e módulos sanitários, ajudando a fixar o homem no campo com qualidade de vida, sob a
110 coordenação da COHAPAR/OCEPAR/SESA, com atuação nos municípios com IDH-M abaixo
111 da média paranaense. Prevê a construção de 10 mil moradias e reforma de 4 mil moradias,
112 com investimento total de R\$ 204,25 milhões. O subprograma RENDA D'ÁGUA, que prevê o
113 financiamento de poços artesianos e de sistemas de irrigação para produtores rurais, tratando-
114 se de água para produção, atuando como instrumento de geração de renda no campo, sob a
115 coordenação do FOMENTO S.A./OCEPAR. Tem como área de atuação os 399 municípios do
116 Estado do Paraná, preferencialmente nas microbacias trabalhadas pelo subprograma BERÇO
117 D'ÁGUA, prevendo 800 poços tubulares e propiciando a geração de emprego e renda, com
118 investimento total de R\$ 46,7 milhões. Por último, o subprograma PR EM CAMPO, que trata da
119 integração social das comunidades rurais, regularização fundiária, organização comunitária,
120 alfabetização e qualificação profissional, sob coordenação da SEMA/FAEP-SENAR/OCEPAR-
121 SESCOOP/ITCG/SEPT/SEED/ SEFDS. Prevê a educação ambiental nos 399 municípios do
122 Estado do Paraná e as demais ações prioritariamente em municípios de IDH-M abaixo da
123 média paranaense, contemplando 60 mil habitantes da área rural, com investimento total do
124 Estado de R\$ 13,1 milhões. A seguir, apresentou o cronograma de implementação do programa
125 e agradeceu a oportunidade de apresentar o Programa PROESAS RURAIS. O Presidente
126 JONEL NAZARENO IURK parabenizou o Conselheiro Márcio Nunes e abriu a palavra para
127 questionamentos. Em não havendo questionamentos, passou ao **item 6 de pauta - aprovação**
128 **de minuta de Resolução referente à destinação de recursos de compensações**
129 **financeiras do Fundo Estadual de Recursos Hídricos para o biênio de 2011 e 2012.** A
130 Secretária Executiva MARIANNA SOPHIE ROORDA fez inicialmente a exposição das fontes de
131 recursos das compensações financeiras (**vide slides 47 a 51 – anexo 1**) que foram viabilizadas
132 em função de revisão da Lei Estadual de Recursos Hídricos, em outubro de 2009, com inclusão
133 de aportes de recursos das compensações financeiras e royalties pela exploração de recursos
134 hídricos para fins de geração de energia elétrica e pela exploração de petróleo, gás e recursos
135 minerais. Explicou que originalmente, na Lei Estadual de Recursos Hídricos, os recursos da
136 compensação financeira e royalties oriundos da exploração de recursos hídricos para fins de
137 geração de energia elétrica, diferentemente de outros Estados, não foram aportados ao Fundo
138 Estadual de Recursos Hídricos – FRHI/PR, devido a uma decisão do Estado do Paraná de
139 assinar um contrato com a União no ano de 2000, antecipando esses recursos até o ano de
140 2020, para fins de capitalização do ParanaPrevidência. No entanto, devido à entrada em
141 operação de três Usinas Hidrelétricas após a assinatura deste contrato, e em breve, com o
142 início de operação da Usina de Mauá, os recursos da compensação financeira destas Usinas
143 serão integralmente aportados ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos, conforme previsto no
144 Decreto que regulamenta o FRHI/PR aprovado no Conselho em dezembro de 2010. Explicou
145 que parcela de recursos das compensações pela exploração de petróleo, gás e recursos
146 minerais, também seriam aportados ao Fundo, conforme previsto no Decreto acima
147 mencionado. O Conselheiro JAIME KUHN, da COPEL, mencionou que os recursos da
148 compensação financeira da Usina de Mauá serão da ordem de 3 milhões/ano. O Conselheiro
149 LUIZ TARCISIO MOSSATO PINTO, do IAP, indagou sobre a possibilidade das Pequenas
150 Centrais Hidrelétricas – PCHs também pagarem as compensações financeiras pela exploração

151 de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica. O Conselheiro ENEAS SOUZA
152 MACHADO explicou que as Usinas com potência instalada menor que 30 MW são isentas
153 deste pagamento, mas que a nível nacional não existe consenso sobre esta questão entre a
154 Agência Nacional de Águas – ANA que é favorável a esse pagamento e a Agência Nacional de
155 Energia Elétrica – ANEEL, que é contrária a esse pagamento. O Presidente do CERH-PR,
156 JONEL NAZARENO IURK, agradeceu os esclarecimentos e solicitou que a Secretária
157 Executiva MARIANNA SOPHIE ROORDA fizesse a leitura da minuta de Resolução que dispõe
158 sobre a destinação dos recursos de compensações financeiras do Fundo Estadual de Recursos
159 Hídricos referentes ao biênio de 2011 e 2012 (**vide slides 52 a 54 – anexo 1**), que estabelece
160 que até 5% dos recursos podem ser utilizados em custeio do Sistema Estadual de
161 Gerenciamento de Recursos Hídricos, até 10% na adequação do Sistema Estadual de
162 Informações sobre Recursos Hídricos e aquisição de equipamentos de informática, e os demais
163 recursos na elaboração de Planos de Bacia Hidrográfica, a serem contratados pelo Instituto das
164 Águas do Paraná, e em programas, planos, projetos, obras e ações que alterem a qualidade, a
165 quantidade e o regime de vazão de um corpo de água, de modo considerado benéfico à
166 coletividade. Solicitada pelo Presidente do CERH-PR, JONEL NAZARENO IURK, sobre o
167 trâmite a que foi submetida a proposta de Resolução, a Secretária Executiva MARIANNA
168 SOPHIE ROORDA esclareceu que essa proposta foi analisada e aprovada pela Câmara
169 Técnica de Assuntos Institucionais e de Conformidade de Matérias Legais – CTIL, e esclareceu
170 também que foi encaminhada aos Conselheiros uma nota técnica que descreve aspectos legais
171 para a destinação desses recursos ao FRHI/PR. O Presidente JONEL NAZARENO IURK
172 colocou a matéria em regime de discussão, sendo que o Conselheiro JANDERSON MARCELO
173 CANHADA, do COPATI, parabenizou o Governo do Estado do Paraná por colocar a elaboração
174 dos Planos de Bacia Hidrográfica como prioridade na sua política de gestão de recursos
175 hídricos, e sugeriu que os recursos fossem prioritariamente utilizados para a elaboração dos
176 Planos de Bacia, com ênfase nas finalizações dos Planos já em andamento. O Conselheiro
177 EVANDRO DALMOLIN, do Comitê da Bacia do Rio Jordão concordou com o Conselheiro do
178 COPATI, de priorizar os Planos de Bacia em andamento, no entanto, contemplando também
179 outros Comitês de Bacia Hidrográfica, o que foi acordado pelos demais Conselheiros. O
180 Conselheiro WALTZER DONINI, da SEDU, solicitou informações sobre os custos dos Planos
181 de Bacia, que foram esclarecidos pelo Conselheiro ENEAS SOUZA MACHADO. O Presidente
182 do CERH/PR, JONEL NAZARENO IURK, sugeriu um breve intervalo, para que se colocasse na
183 tela as redações sugeridas. Ao retomar os trabalhos comentou que havia se deparado com
184 uma situação inusitada em relação à absoluta falta de transparência quanto às aplicações do
185 Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA, por um longo período no Governo anterior, e que
186 teve recentemente a oportunidade de aprovar no âmbito do Conselho Estadual do Meio
187 Ambiente – CEMA, o plano de aplicação dos recursos do FEMA para o ano de 2011, e sugeriu
188 que se tomasse o mesmo cuidado quanto ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FRHI/PR.
189 O Conselheiro JORGE AUGUSTO CALLADO AFONSO, da FIES, esclareceu que no seu
190 mandato como Presidente do CERH/PR, não houve uma prestação de contas do FRHI/PR,
191 visto que não haviam recursos alocados neste Fundo no ano de 2010, e que foram realizados
192 trabalhos no sentido de viabilizar recursos financeiros para o ano de 2011, cuja aplicação está
193 sendo submetida à Plenária do Conselho. Quanto ao FEMA, disse também ter encontrado um
194 Fundo sem informações sobre a destinação de seus recursos, e que fez os devidos
195 esclarecimentos aos Conselheiros do CEMA no seu mandato. A seguir, o Presidente JONEL
196 NAZARENO IURK colocou em votação as redações sugeridas para a minuta de Resolução,
197 sendo que foi aprovada a redação inicial, com a inclusão da palavra “prioritariamente” na
198 elaboração dos Planos de Bacia Hidrográfica. O Conselheiro ENEAS SOUZA MACHADO, do
199 AGUASPARANÁ, sugeriu, em função da preocupação sobre a transparência na aplicação dos
200 recursos do FRHI/PR, que se incluísse um artigo mencionando que “o plano de aplicação dos

201 recursos do FRHI/PR será formulado pelo Instituto das Águas do Paraná e aprovado pelo
202 CERH/PR". O Conselheiro JORGE AUGUSTO CALLADO AFONSO, da FIES, propôs que esse
203 plano de aplicação fosse também aprovado pelo Conselho de Administração do
204 AGUASPARANÁ, antes de ser submetido à Plenária do Conselho. O Sr. CARLOS HENRIQUE
205 PIACENTINI, Presidente da CTIL, manifestou-se contrário a esta proposta, visto que isso
206 engessaria a utilização dos recursos. Submetido à votação pela Plenária, prevaleceu a redação
207 proposta pelo Conselheiro Enéas Souza Machado. A seguir, o Presidente do CERH/PR, JONEL
208 NAZARENO IURK, passou ao **sétimo item de pauta - aprovação de minuta de Resolução**
209 **que prorroga prazo de adequação das áreas de abrangência dos Comitês das Bacias do**
210 **Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira e da Bacia do Rio Jordão às respectivas**
211 **Unidades Hidrográficas de Gerenciamento de Recursos Hídricos**, e solicitou que a
212 Secretária Executiva MARIANNA SOPHIE ROORDA fizesse os esclarecimentos sobre o motivo
213 da Resolução. A mesma esclareceu que por ocasião da aprovação dessas Unidades
214 Hidrográficas, em dezembro de 2006, já haviam alguns Comitês instalados, entre os quais, o do
215 Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira, bem como o do Jordão, que teriam, num prazo de
216 quatro anos, que se adequar às suas respectivas Unidades Hidrográficas de Gerenciamento de
217 Recursos Hídricos. Tendo em vista que este prazo estava vencido, fez-se necessária a
218 proposta de prorrogação de prazo para esta adequação. O Conselheiro EVANDRO DALMOLIN,
219 Presidente do Comitê da Bacia do Rio Jordão, disse que os membros daquele Comitê são
220 favoráveis à manutenção da atual área de abrangência, tendo em vista que já se tem o
221 diagnóstico do Plano de Bacia aprovado, e que o Comitê já estaria preparado para novas
222 etapas de implementação dos Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos, e
223 solicitou que se considerasse essa possibilidade. O Presidente, JONEL NAZARENO IURK,
224 entendendo as alegações do Conselheiro, disse que a proposta de Resolução não era
225 conflitante, visto que se estaria abrindo um prazo de quatro anos para a discussão deste tema
226 no âmbito do Comitê, e dependendo da evolução dos fatos, poder-se-ia propor nova
227 Resolução, adequadas às decisões tomadas, que foi acordado pelo Conselheiro Evandro
228 Dalmolin. A seguir, colocou em votação a minuta de Resolução, que foi aprovada por
229 unanimidade. O Presidente JONEL NAZARENO IURK passou ao **oitavo item de pauta -**
230 **aprovação de inclusão de dispositivo que estabelece a participação de Comitês de**
231 **Bacias Hidrográficas nas Câmaras Técnicas do CERH/PR na alínea c, § 2º do Art. 14 do**
232 **Regimento Interno do Conselho**. A Secretária Executiva MARIANNA SOPHIE ROORDA
233 esclareceu que se trata de possibilitar a participação dos Comitês de Bacia, que passam a
234 compor o CERH/PR, nas Câmaras Técnicas do Conselho, visto que o item seguinte da pauta
235 trata da nova composição dessas Câmaras Técnicas, sendo esta inclusão aprovada por
236 unanimidade. Na sequência o Presidente JONEL NAZARENO IURK passou ao **nono item de**
237 **pauta - aprovação de minuta de Resolução que estabelece a composição da CTIL, da**
238 **CTCNRH, da CTPLAN e da CTCOB**. A Secretária Executiva MARIANNA SOPHIE ROORDA
239 esclareceu que as atribuições de cada Câmara Técnica já haviam sido encaminhadas aos
240 Conselheiros, que as Instituições interessadas na participação de uma ou mais Câmaras
241 Técnicas já haviam se manifestado, e que uma proposta preliminar de composição das
242 mesmas já havia sido previamente acordada pelos Conselheiros. Disse que nas Câmaras
243 Técnicas em que haviam mais interessados do que vagas, estavam sendo propostas
244 suplências, que participariam das reuniões das Câmaras Técnicas, com igual direito a voz,
245 porém sem direito a voto. Sugeriu que se votasse a composição de cada uma das Câmaras
246 Técnicas (**vide anexo 1**), para posterior leitura da minuta de Resolução. Colocado em votação,
247 foram aprovadas as composições propostas, com a inclusão da participação do COPATI na
248 CTCOB. O Conselheiro JANDERSON MARCELO CANHADA, do COPATI, questionou a
249 participação expressiva do Poder Público nos Comitês de Bacia Hidrográfica, em especial no
250 Comitê da Bacia do rio Tibagi. A Secretária Executiva MARIANNA SOPHIE ROORDA

251 esclareceu que a composição do Comitê da Bacia do Rio Tibagi, dentro dos limites
252 estabelecidos pela legislação (máximo 40% Poder Público, máximo 40% Usuários de Recursos
253 Hídricos e mínimo de 20% de Sociedade Civil) foi regionalmente decidido, sem a interferência
254 do Governo do Estado. A seguir, fez a leitura da minuta de Resolução (**vide anexo 1**), que foi
255 aprovada com uma solicitação de alteração de texto solicitada pelo Conselheiro Roberto Gava,
256 assessorado pela Conselheira Heloísa Bot Borges, estabelecendo que os membros suplentes
257 das Câmaras Técnicas passarão a ser titulares em eventuais ausências destes ou em caso de
258 perda de mandato, o que foi aprovada pela maioria da Plenária. A seguir, o Presidente JONEL
259 NAZARENO IURK passou ao **décimo item de pauta - relato da Câmara Técnica de**
260 **Acompanhamento das Ações do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CTCNRH**, e
261 convidou a Sra. MARTHA REGINA VON BORSTEL SUGAI, coordenadora desta Câmara
262 Técnica, para fazer o relato. A mesma comentou que essa Câmara Técnica foi criada com o
263 compromisso de fazer o relato dos temas mais relevantes abordados no Conselho Nacional de
264 Recursos Hídricos, em todas as reuniões do CERH/PR (**vide anexo 3**). Comentou que na
265 última reunião de 2010 do CNRH foi aprovada a proposta de criação do Comitê da bacia do rio
266 Paranapanema, que abrange 3 comitês de Bacia Hidrográfica paranaenses e três Comitês
267 paulistas, e também foi aprovada a Moção nº 45 CNRH, que recomenda princípios e
268 prioridades de investimento em ciência, tecnologia e inovação para recursos hídricos, e
269 recomenda a manutenção do Programa de Pesquisas em Saneamento Básico – PROSAB,
270 como um programa permanente de apoio à pesquisa e desenvolvimento. Comentou também
271 reunião do CNRH que realizou-se na última semana de junho de 2011, em que foram definidos
272 os temas prioritários para discussão no CNRH no biênio 2011/2012. Comentou Resolução do
273 CNRH que estabelece as prioridades de aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo
274 uso de recursos hídricos dos aproveitamentos hidrelétricos, para o exercício orçamentário de
275 2012/2013. A seguir, mencionou Resolução que cria Grupo de Trabalho para elaboração de
276 proposta de regulamentação da Lei nº 12.334, de 2010, que estabelece a Política Nacional de
277 Segurança de Barragens e cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de
278 Barragens, e outra Resolução que estabelece diretrizes gerais para a definição de vazões
279 mínimas remanescentes. Foram também aprovadas as diretrizes para o cadastro de usuários
280 de recursos hídricos e para a integração das bases de dados referentes aos usos de recursos
281 hídricos superficiais e subterrâneos. Comentou Moção do CNRH que recomenda ao Ministério
282 do Meio Ambiente a edição de Decreto que institui a Conferência Nacional de Águas, e
283 mencionou que foi apresentada uma metodologia para o recebimento de sugestões para a
284 alteração do Regimento Interno do CNRH. O Presidente JONEL NAZARENO IURK agradeceu
285 a exposição e passando ao **décimo primeiro item de pauta – assuntos gerais**, abriu a
286 palavra para os Conselheiros. O Conselheiro WALTZER DONINI, da SEDU, elogiou a
287 condução da reunião, que foi feita de forma democrática, consciente e com embasamento
288 técnico. Em não havendo mais assuntos a serem tratados, o Presidente do CERH/PR, JONEL
289 NAZARENO IURK, deu por encerrada a 18ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de
290 Recursos Hídricos, da qual eu, MARIANNA SOPHIE ROORDA, Secretária Executiva do
291 CERH/PR, lavrei a presente ata, em Curitiba, aos 15 de setembro de 2011.

292 De acordo

293 Curitiba, 16 de maio de 2012

294
295
296
297

JONEL NAZARENO IURK
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.